

AS MÚLTIPLAS MULHERES BRASILEIRAS

CLAUDIA FONSECA - PPGAS\UFRGS

Quero em primeiro expressar minha grande satisfação em estar com vocês aqui hoje¹. Sei que o governo estadual tem organizado uma série de eventos trazendo conferencistas de grande mérito, organizando mostras de filmes, fotos e outros eventos para comemorar o Dia Internacional da Mulher. Sinto-me prestigiada ser convidada a abrir esse ciclo de conferências orientadas em grande medida para a Antropologia da Mulher.

Sem dúvida, sabendo que é uma antropóloga que vem falar hoje, muitas de vocês estarão esperando uma discussão dos mitos ligados à mulher. E certamente mitos não faltam. Posso citar os mais conhecidos: O mito do matriarcado, e o mito do eterno feminino. Certamente a análise de mitos como esses é importante, porém não necessariamente no sentido que as pessoas esperam. Pois em geral hoje os cientistas sociais vêem esses mitos enquanto mitos - isto é, crenças ideológicas que, longe de refletir qualquer fato histórico real, revelam os valores dos que promovem e abraçam esses mitos. Consideremos, por exemplo, o mito do matriarcado -, aquela idéia de que antigamente, numa época primeva da nossa humanidade, as mulheres dominavam a vida social. Em todas as versões deste mito, as mulheres vivenciam uma queda, uma destituição de poder ocasionada por alguma falta que elas cometem. A história bíblica de Adão e Eva talvez seja a versão mais conhecida aos membros desta platéia. Pois bem, historiadores e etnólogos mostram que tal época da humanidade nunca existiu. No entanto a lenda de queda é muito útil para explicar a dominação masculina das sociedades atuais pois confirma a noção da incompetência feminina. As mulheres já tiveram o poder, não deu certo. Considerado sob essa luz, temos que reconhecer que muitas mulheres que passam a defender esse mito como se fosse uma realidade histórica, -- sem querer -- reforçando um mecanismo de sua própria exclusão.

¹ Palestra proferida durante o Seminário 500 Anos de Dominação Masculina? Organizado pelo Museu Antropológico do RS, Estado do RS, Secretaria da Cultura - Museu de Arte de Rio Grande do Sul, 24 março, 1999.

Falar de dominação masculina nos traz para um segundo mito - o mito do “eterno feminino” pois, por que outro motivo a dominação masculina seria universal se não por ser arraigada em um fato panhistórico e transcultural - o fato palpável do corpo feminino. Segundo essa perspectiva, haveria algo escrito na biologia feminina - a maternidade, hormônios, fragilidade física - que explicaria um certo caráter feminino que recorreria em todas as épocas e em todos os lugares. Para essa perspectiva, teríamos ainda outras objeções. Em primeiro lugar, a “natureza” para os antropólogos não é mais vista como um fato inalterável. Hoje, os ecologistas também reconhecem que não há floresta, nem deserto, nem mar que não reflita a influência de homens e mulheres interagindo com essa “natureza”. Neste contexto, a noção de “natureza” pura, intocada mal faz sentido. Pois bem, o corpo humano - os atributos físicos de cada sexo - se presta também a um número sem limite de resignificações que não podem ser previstas pois são a obra da cultura e não da natureza. Lévy-Strauss, em uma recente publicação na *Folha de São Paulo*, discorre longamente sobre diferentes crenças ligadas ao “eterno feminino” para, no final do artigo, descartá-las como sendo irrelevantes. Reafirma que se quisermos entender o comportamento de qualquer sujeito real -- uma mulher em carne e osso -- não é para seu útero nem para seu equilíbrio hormonal que devemos olhar, mas sim para as crenças e condições históricas que revelam o contexto cultural em que ela se move. A maioria das feministas que eu conheço já assimilaram essa lição graças em particular à experiência das reuniões mundiais que ocorreram em Nairobi, Cairo, México onde o fato da semelhança biológica sexual entre todas as participantes estava muito frequentemente posta em segundo plano pelo fato, igualmente real e muitas vezes mais relevante, das diferenças religiosas, étnicas, e nacionais.

Minhas críticas a esses mitos não representam uma recusa às preocupações que motivam muitos de seus proponentes. A dominação masculina é, sem dúvida, um fato real na vida de boa parte das mulheres hoje. É certamente salutar a ação coletiva voltada para a promoção dos direitos da mulher. O tipo de Antropologia que eu faço é inspirada no desejo de compreender e transformar a realidade atual. Entretanto, para realizar esse objetivo, é preciso uma pesquisa calcada não em mitos generalizantes, mas sim nos pormenores da história – em nosso caso, da história particular das mulheres gaúchas e brasileiras.

Pensei muito como discorrer sobre essa heterogeneidade feminina sem cansar minha platéia e resolvi recorrer a um artifício narrativo que coloca em relevo a vida de mulheres específicas -- três mulheres que nasceram todas no início do século, mas que viveram vidas bem diferentes. Começo com uma pesquisa minha que me levou a conhecer Eutherpe - uma mulher muito pobre - que vivia na fronteira no início do século e que, em 1925, se encontrava diante do tribunal em Porto Alegre, numa disputa acirrada com seu marido pela guarda dos filhos. Em segundo lugar, quero passar para uma mulher muito diferente - Dona Adélia, que em 1945 era caixa numa confeitaria na Rua dos Andradas e que usou suas competências para entrar na política partidária e lutar por seus ideais. Finalmente, quero falar de um momento bem mais recente - 1985, quando a Vó Branca entrou no Clube LBA de Terceira Idade e começou a curtir a vida, ir a bailes e namorar. Três mulheres que nasceram todas em mais ou menos a mesma época: Eutherpe, que mais se aproxima da “mulher vítima”, oprimida por todos os poderes econômicos e moralistas de sua época; Dona Adélia -- uma “mulher valente” que vence preconceitos machistas e entra na luta política; e a Vó Branca que pode ser, por enquanto, nosso modelo de “mulher faceira”. Três pequenas biografias que devem alimentar nossa reflexão sobre o ser mulher no Brasil hoje.

Trata-se de três mulheres muito diferentes uma da outra e que eu nunca conheci pessoalmente. (Peço portanto sua compreensão com as múltiplas lacunas que existem na informação que tenho sobre elas.) Trago suas histórias para pensar sobre a evolução das circunstâncias da mulher nesses últimos cem anos e para abrir uma janela sobre algumas das muitas formas de ser mulher no Brasil. Minha esperança é que, até terminar hoje, convenço vocês que é possível enfrentar a rica diversidade de nossa época sem esfacelar o material, sem minimizar o que as mulheres têm em comum e as possibilidades de armar frentes comuns de ação.

Os “crimes” de Eutherpe

A primeira mulher, Eutherpe, descobri durante minhas próprias pesquisas em arquivos históricos do início do século sobre disputas pelo *pátrio poder* de crianças. Eutherpe deve ter nascido em torno de 1895 no interior do Rio Grande do Sul - provavelmente perto de Santana de Livramento ou Quaraí. Imaginamos essa mulher, como a maioria da população fronteiriça, de origem mista : luso-brasileira, com alguma participação guarani no seu sangue ou,

quem sabe, até tivesse, entre seus ascendentes, alguma avó escrava fugitiva das charqueadas. Em todo caso, encontramos ela em 1925 pobre, analfabeta, mãe de quatro filhos e de profissão mal-definida.

Conhecemos ela através de um processo judicial que moveu contra seu marido, Joaquim, em que ela peticiona o juiz para lhe restituir a guarda de suas duas filhas - Jandira com 14 anos e Jussara com 11. Ela acusa seu marido de ser “esmoleiro”, sem meios para educar suas duas filhas. Joaquim reage, dizendo que até 1920 trabalhava em Santana como escrivão na Via Férrea mas uma doença debilitante (provavelmente o reumatismo) o obrigou a procurar tratamento em Montevideu, no Estado Oriental de Uruguai. Seria em 1921, um ano depois de Joaquim ter se ausentado, que começaram os “crimes” de sua mulher.

Nesse ano (1921) ella Eutherpe, adulterou-se cometendo ja um crime perante a Lei, perante a Sociedade e perante mim, quebrando os laços matrimoniais que eu os julgava inquebráveis...Ella juntou-se a um homem que além de escrofuloso era viciado em jogos, de nome Abel e naquelle tempo morador no Quarahy; deixando esse em pouco tempo, juntou-se a outro de idêntico teor, homem perdido em vícios, jogos e beberagens, de nome Benício, morador em Atigas, Estado O. de Uruguay, pouco tempo também esteve com este e juntou-se com um terceiro de nome Theodulo R. de cor quasi negra e rengo de uma perna, castelhana e morador na cidade do Quarahy.

“(...) ultrajado mesmo, não prossegui ação contra ella e nem quiz usar de violencias. Retirei sim de sua posse a menina chamada Ambrozina, coloquei-a em uma estancia no Estado Oriental com ordens de só ser entregue a mim, ella tentou reaver a filha, porém, as autoridades sabedoras de seu pessimo proceder, não entregaram a menina”

Esta mulher não esta empregada, não costura, não trabalha em lã, não tem casa que ella mesma aluga, não tem responsabilidade, anda quasi os dias inteiros fora da casa onde para, só chegando na occasião das diversas refeições, não ganha dinheiro, mas, entretanto me consta, que tem feito compra de roupa para ella e meu filho Miguel e uma cama com colchão. E esse dinheiro donde lhe veio se ella não trabalhou em lugar nenhum?

Não posso acreditar que V.S.^a inteirado destes factos que, são nella, habituaes, mantenha o despacho contra mim e contra minhas filhas que não tem culpa do proceder de sua indigna mãe, e, que são os unicos entes que me acompanham com amizade e harmonia, nessa minha vida de infelicidade. V. S^o é Juiz, mas, tambem é pae (ênfase minha).

Tinha muita coisa contra Eutherpe. Sabemos que ela teria pouquíssima chance de receber uma educação. Suas oportunidades de emprego não estavam nada boas. Se trabalhasse num emprego industrial, ganharia em toda probabilidade a metade do salário de seu irmão apesar de desempenhar a mesma tarefa. Segundo a moralidade sexual da época, ela seria condenada por ser uma mulher abandonada. Que ficasse sozinha, que se juntasse com novo companheiro ou que resolvesse tentar sustentar seus filhos trabalhando fora, seria rotulada de antemão como prostituta (o que parece ter sido, por sinal, uma profissão feminina muito comum na época).

Ela tinha também a legislação contra ela: enquanto mulher casada, não podia possuir propriedade, não podia legitimar a união que travava com um novo companheiro e, faltando-lhe idoneidade na definição legal, perdia seus direitos maternos com relativa facilidade. Sabemos que ela nem sequer teria tido participação na formulação destas leis porque não podia votar, não ocupava cargos políticos e, como Joaquim, seu marido nos lembra no seu apelo de pai para pai ao juiz, a mulher se movia num mundo público em que os homens não somente ditavam as regras, mas também serviam de árbitros, testemunhos e escrivães.

Não gostaria de pintar Eutherpe como vítima total. Não podemos saber, mas podemos imaginar momentos de ação, escolha, prazer (quem sabe, pode ter sentido um grande alívio ao se separar do marido). Citamos seu caso, no entanto, para lembrar de uma época histórica não muito distante em que a dominação masculina estava no seu auge. Há pessoas que dirão que a mulher ainda vive sob o jugo da dominação masculina e que o processo simplesmente mudou de grau. Eu diria que os graus são de suma importância e que, para as mulheres se assumirem como agentes da história, é necessário reconhecer que já galgaram importantes conquistas.

Dona Adélia: Pioneira no mundo político

Acharemos agora, na nossa segunda personagem, uma figura menos subjugada. Falamos de Dona Adélia Eliza Machado - uma mulher que não somente votava (graças a este “privilégio” outorgado no fim da década de 30) mas que teve uma participação ativa na política partidária do Rio Grande do Sul (e, por extensão, do Brasil). Vemos D. Adelia numa foto da primeira convenção do novo partido político - PTB - única mulher num grupo de 39. Conhecemos ela graças à pesquisa cuidadosa de Profa. Maria Noemi Brito que, no fim dos anos 80, passou longas horas dialogando com essa senhora, já idosa, escutando suas lembranças de militância política.

Concentramos nossas atenções no ano 1945 - ano de reabertura política no Brasil após a ditadura do Estado Novo. Dona Adélia tinha, nessa época, 29 anos e, como auto-proclamada idealista e patriota, tinha vontade de participar do novo processo de democratização. Trabalhava então como caixa na casa de café no centro de Porto Alegre e tinha uma filha. Tinha sido casada com um homem que a “tolhia” e, com a separação conjugal, encontrou a liberdade para “se expandir”. Numa noite de agosto de 1945, juntou meia dúzia de companheiros na sua casa num bairro operário de Porto Alegre. Eram “companheiros de ideais” - três homens e três mulheres : além de D. Adélia, uma operária sua amiga, e outra, sua vizinha e comadre. Junto com eles, fundou a primeira seção gaúcha do PTB. Era “getulista roxo” (como dizia sua biógrafa, Noemi) e acreditava que era apoiando a candidatura dele nas eleições presidenciais que poderia melhor apoiar um movimento que “defendesse e elevasse a classe trabalhadora”.

Quando lembra essa fase de sua vida, Dona Adélia fala em termos e imagens que não deixam dúvida quanto a sua identidade feminina. Ela era uma boa militante política justamente porque se dava bem com tanta gente : “sempre tratava todos bem, era alegre e comunicativa.” Comerciária no centro da cidade, usava o café onde trabalhava como sua tribuna. Ali, “colocava cédulas, propagandas de todos os candidatos porque era democrática, estava ali para distribuir, o povo é que escolhia o que levar”. Ela conta como adorava brincar com as pessoas, inclusive pregando o selinho político de seu partido nas costas delas sem que soubessem e assim atraindo simpatia de figuras “até de outros partidos”. Foi assim que conseguiu - ela sozinha - 5.000 assinaturas, a metade da quantia necessária, para registrar o novo partido no Tribunal Eleitoral. Dona Adélia também conseguia excelente cobertura na imprensa

para seu partido quando precisava divulgar informações e notícias, pois se dava muito bem com o diretor da Rádio. (Diz que os dois “conversavam com frases poéticas”).

Mas, se é verdade que, em relação a Eutherpe, os tempos tinham melhorado para a mulher gaúcha, ainda havia em outras frentes sinais claros de discriminação. Curiosamente, a história oficial completamente esqueceu aquela reunião na casa de D. Adélia. Apesar de ter, na época, registrado tudo no Tribunal Eleitoral, no *Diário Oficial* e apesar de ter divulgado a fundação, sua fundação do partido na imprensa, D. Adélia foi esquecida pela história oficial. O que ficou como fundação oficial foi uma reunião três semanas mais tarde sob a liderança de sindicalistas munidos de uma autorização pessoal de Getúlio Vargas. “No início não queríamos aceitar, diz D. Adelia porque “o partido estava fundado, registrado, e nós éramos os verdadeiros fundadores...mas resolvemos entrar em acordo e ficar unidos”.

Na verdade, os companheiros sindicalistas não ignoraram a importância de D. Adélia. Registraram em ata que era a primeira mulher a entrar no trabalhismo e o novo presidente do partido elogiava muito seu trabalho de militante, chegando ao ponto de dizer “para nós, ela era como um homem”; mas não há como negar que ela perdera chão. Baixou de Primeira para Terceira Tesoureira e suas atividades principais foram reorientadas para a Ala Feminina.

Devemos lembrar que D. Adelia não era feminista. Tanto que recebeu com grande prazer o elogio do novo presidente do partido: “para nós, ela era como um homem”. E nada indica que ela sentia grande solidariedade junto a suas colegas mulheres. Pelo contrário, destaca seus próprios talentos, contrastando-os com a inexpressividade da maioria das mulheres. Enquanto Adélia era uma grande oradora que “conquistava todo mundo por onde ia”, as outras “não tinham argumento, não sabiam discutir”. Não era de forma alguma feminista na acepção moderna da palavra. Mas, sendo mulher, foi decidida (pelos homens) que sua participação no partido devia (naturalmente) ser através da Ala Feminina.

Dona Adélia, em todo caso, nunca chegou a ser candidata a um cargo público: “Uma vez tentaram me botar como candidata a vereadora, apareceram alguns votos na convenção, mas eles não votavam porque me queriam como cabo eleitoral, para trabalhar para eles.” E, de forma significativa, quando colegas do

partido, querendo ocupar seu cargo, conspiraram para provocar sua queda, foram diretamente para a questão da moralidade sexual. Sendo uma mulher casada só no religioso e separada, com uma criança pequena, era considerada mãe solteira. Dessa forma, apesar do presidente do partido registrar protestos em seu favor, D. Adelia acabou se demitindo do grupo.

Quarenta anos depois dessa fase, Dona Adélia contou sua história para a pesquisadora, Noemi, ilustrando seu depoimento com fotos e recortes de jornal resgatados de uma caixa de papelão cheia de lembranças familiares. Mostrava tremendo orgulho de ter sido militante a vida inteira - inclusive depois de ter recasado com um militar da marinha. Mas ainda não aspirava a ser “igual” aos homens políticos. Descrevia-se como um “soldado raso”, dedicado a um partido que, para D. Adélia, era “como um filho” que criou e ensinou a andar.

D. Adélia era, sim, mulher de sua época - sentiu muitos avanços em relação a Eutherpe. Apesar de ser de origem humilde, auto-classificada “operária”, ela tem educação. Não somente sabe ler e escrever - usa estes talentos para se instruir e para participar da sociedade. Já votava. Não concorreu a um cargo político mas teria sido possível - pelo menos do ponto de vista legal. As vias institucionais estavam abrindo lenta mas seguramente. Entretanto, ainda restava os preconceitos na cabeça das pessoas - preconceitos moralistas que não mudam tão facilmente - que exigiriam mais do que um simples decreto ou nova lei para realmente provocar mudanças.

Do feminismo da igualdade ao feminismo da diferença

Esses preconceitos começaram a roer mesmo com a chegada do feminismo. É a partir da década de 60 que um novo clima intelectual e político começou a se alastrar pelo mundo a fora. Já estamos chegando portanto numa época mais recente, num movimento que mudou a vida de muitas mulheres. Imagine a ousadia da proposta – que a mulher - qualquer mulher - fosse IGUAL ao homem. Nem a D. Adélia tinha afirmado isso. Na verdade, a primeira feminista a ousar promover tais idéias heréticas, Olympe de Gouges, foi guilhotinada -- no século XVIII, logo depois da revolução francesa, quando tentou incluir as mulheres na declaração universal dos direitos do homem.

Ao lembrar de seu destino damos-nos conta que viemos longe nesses últimos anos. Sofisticamos muito a reflexão feminista desde os anos 60. Em um primeiro momento, fomos atrás da chamada “feminismo da igualdade”, colocando como alvo ser absolutamente igual ao homem em tudo. Lembro bem daquela época. Já estava na faculdade com minhas amigas feministas norte-americanas. Ao mesmo tempo que, enquanto mulheres, reivindicávamos nosso lugar nas estruturas políticas e históricas, tendíamos a minimizar tudo que era “exageradamente” feminino. Cortávamos o cabelo, usávamos roupas austeras e, em particular, passamos a ter vergonha das atividades muito coladas ao estereótipo feminino. Assim, falar de filho, trocar receita de bolo, se enfeitar eram prova de cafonice.

Consideramos hoje que nessa primeira fase do feminismo, a mulher não foi “liberada”. Foi, antes, acorrentada ao modelo masculino de fazer as coisas. Foi liberada apenas para ser homem ou pelo menos para tentar sê-lo, dando aval aos modelos vigentes de política e de negócios. Foi em toda probabilidade nesse espírito que D. Adélia tenha ficado tão contente com o elogio do presidente de seu partido: Para nós ela era homem.

Sem dúvida essa etapa foi importante na conquista de novos espaços para a mulher. Mas foi na fase subsequente, a do “feminismo da diferença” que chegaram mudanças mais profundas e, quiçá, duradouras. Agora a mulher reivindica não somente acesso a todos os direitos e liberdades considerados masculinos mas também -- e mais importante -- um espaço igual para *seus* modelos, eventualmente alternativos, de ser no mundo.

Dessa forma, torna-se possível um rearranjo dos pesos na hierarquia de assuntos nobres. Por exemplo, trocar uma fraudada, preparar uma refeição, cuidar de um doente podia ou não ser considerado uma atividade propriamente feminina. O problema não era isso. A questão era: por que essas atividades deveriam ser consideradas menos nobres do que fabricar uma bomba, montar um carro ou brincar com a bolsa de valores? É nessa veia que as novas historiadoras, como Michelle Perrot, aspiram rescrever a enciclopédia da realidade humana. Elas não queriam simplesmente aumentar de seis para sessenta páginas a parte sobre “a mulher”; propunham refazer as próprias categorias de classificação.

Espero que estão vendo por que esse movimento - o feminismo da diferença - arrisca ser mais ameaçador do que a anterior. Em vez de todo mundo aspirar

chegar às atividades privilegiadas -- o que, dada a divisão de trabalho, seria em todo caso praticamente impossível -- algumas pessoas, as mulheres, teimaram em ficar onde estavam -- naquelas atividades de sempre, mas exigindo um reconhecimento e valorização maior, muito maior. (Não digo “igual” porque temos que entreter a possibilidade de uma inversão de prioridades - onde saúde e educação, por exemplo, passariam a ser não simplesmente iguais mas, sim, mais importante do que uma montadora de carros.) Tratava-se de um questionamento profundo das hierarquias - todas as hierarquias - vigentes.

Foi, nesse sentido que o grande filósofo da escola pós-moderna na França, François Lyotard, lá pelos anos 70, reconheceu o papel fundamental das mulheres na revolução intelectual. Diz ele: “as mulheres estão descobrindo uma coisa que pode causar uma incrível revolução no Ocidente, alguma coisa que a dominação masculina ocultou desde sempre - a ausência do significante”, ou seja, o fato de que a verdade com a qual temos tradicionalmente trabalhado é apenas uma versão, entre muitas, do real.

A Vó Branca : a liberdade de ser faceira

Quero, porém, recuar desses efeitos macro-estruturais do feminismo para considerar uma última personagem. Nossa terceira mulher não é nem uma vítima dos diversos mecanismos de opressão como era Eutherpe, nem um militante político, membro da vanguarda como era o caso de Dona Adelia. Passamos agora para a Vó Branca, uma senhora com mais de 80 anos, viúva, mãe e dona de casa cujo retrato foi carinhosamente pincelado em 1991 por sua neta, Flávia Motta.

Foi o estilo de vida diferente e surpreendente de minha avó paterna – a vó Branca, nascida em 1904 – e de suas amigas que me levou à construção do tema ... Vários elementos concorrem para torná-la uma velha fora dos padrões distantes do estereótipo da velha vovozinha de preto e chale às costas tricotando malhas para os netos numa cadeira de balanço. Ela detesta “velhos” (referindo-se ao estereótipo), tem pavor ‘ dessas velhas de preto arrastando chinelos’ que censuram os jovens dizendo que ‘ no meu tempo’ não era assim. Aos 81 anos, quando comecei a pesquisa, considerava-se ‘jovem por dentro’, ‘jovem de espírito’. Adora meias rendadas e gosta de se enfeitar. Usa pó,

ondula e pinta o cabelo, embora negue-o, dizendo que apenas usa um 'remédio que faz voltar a cor natural'. Adora sair à noite.

Viúva desde os 44 anos, foi só na faixa etária dos setenta, quando os filhos estavam todos casados e com filhos e quando ela já se iniciava nos queixumes da solidão, que retornou uma vida social mais ativa. Começou a sair com amigas, a freqüentar o Clube dos Coroas (casa noturna destinada ao público não-jovem) e entrou para o grupo dos idosos da LBA (Legião Brasileira de Assistência) – onde teve a oportunidade de fazer trabalhos manuais, ginástica e participar de eventos sociais na companhia de velhos como ela.

Observando as mulheres do clube de terceira idade, a pesquisadora foi concluindo que a feminilidade tem pouco a ver com o nível de estrogênios ou com o vigor de juventude. Foi descobrindo que :

Essas mulheres têm uma imagem de si “sexuada” enquanto femininas, enquanto mulheres. Não abriram mão, na velhice, dos atributos simbólicos da feminilidade que fizeram parte - toda a sua vida - da construção de sua identidade. Vaidade, conduta jovial, preocupação com a beleza, o uso de roupas mais coloridas, acessórios femininos, maquiagens e tinturas de cabelo fazem parte de sua bagagem.

Mas para definir o feminino, Vó Branca e suas amigas colocavam a ênfase em qualidades ao seu alcance. Ao observar quem é mais elogiada como sendo MUITO bonita, a pesquisadora chega à conclusão que “beleza para elas é principalmente uma excelência no uso e no manejo das coisas e das artes de mulher - as roupas, os adereços, o gestual, a simpatia e amabilidade no trato com as pessoas e o domínio de técnicas corporais mais ou menos simples, mais ou menos complicadas, como o andar ou como a dança”.

Aqui, não existe exatamente uma negação da velhice - simplesmente uma insistência que a feminilidade faz plenamente parte desta terceira idade. “Se são ‘faceiras’, o são não apesar mas com a velhice - com seus temores, dores e faltas. E com o físico de velhas. “Pertencem a um estrato social em que não se verificam grandes fenômenos de conservação e saúde na velhice. A possibilidade de cirurgia plástica não se coloca - que seja por motivos econômicos ou culturais... Como disse uma das senhoras “a pessoa tem que

se assumir”. Saber-se velho não é negar-se a felicidade, mas antes procurá-la insistentemente.”

O interessante é observar que ainda existe censura dessa expressão de feminilidade - no entanto, nesse caso, não são os homens que tentam impor os limites. São os próprios filhos das mulheres. Se, no baile, elas parecem perpassadas por uma corrente elétrica que as estica e as rejuvenece, em casa (perto dos filhos) elas parecem murchar, cochichando fofocas - sobre namoros e festas - que teriam espalhado com gargalhadas no clube de terceira idade. Cito aqui o caso específico de Branca:

Foi no Clube dos Coroas que ela conheceu ‘um senhor de idade’, um pouco mais moço que ela (que na época tinha 76) com quem manteve um namoro por seis anos aproximadamente. Essa relação acarretou uma mudança em sua vida -- a r-omada de uma vida sexual e amorosa abandonada há cerca de 30 anos quando enviuvou. Para ela, mais importante que a relação em si, era a volta ‘daquela ilusão’, da expectativa de esperar alguém receber uma visita, de se sentir desejada, “se arrumar” e preparar a casa e comida para alguém (o exercício do seu ser mulher).

Tal transformação em sua vida proporcionou-lhe grande satisfação pessoal e aumentou seu prestígio entre suas amigas que se sentiam (segundo ela) envejasas, enquanto ela sentia-se orgulhosa. No entanto, entre os familiares houve reações diferentes. O fato foi motivo de riso e de censura. Os filhos proibiram o namoro insinuando o ridículo da situação, a insanidade da mãe e acusando ‘o velho’ de querer apenas explorá-la.

Ela acabou mantendo a relação às escondidas, no que foi apoiada por alguns familiares, os netos adultos em particular. (p. 28).

Devemos lembrar que os filhos de Branca, quando oprimem a sexualidade de sua mãe estão simplesmente repetindo uma idéia muito arraigada no senso comum: que o feminino é uma questão de biologia. Acabou o estrogênio, acabou a feminilidade. Lembramos com espanto que até a primeira filósofa do movimento feminista, Simone de Beauvoir aderiu a essa perspectiva de forma que não admitiu a possibilidade da mulher encontrar, na velhice, chances de se

realizar enquanto mulher. Enfeitar-se, mostrar-se disponível para o namoro são atitudes que essa ilustre dama francesa considera “patéticas” na velhice. Pelo jeito, o “eterno feminino” não tinha lugar para Vó Branca e suas amigas.

IV. Mitos e diferenças

Os mitos levantados no início de minha fala - do matriarcado ou do eterno feminino - talvez tenham um sentido metafórico na vida de uma ou outra mulher da platéia. Mas acho que devemos “ir devagar” com um tipo de realização pessoal de certas mulheres que ocorre às custas de outras. Meu interesse é abrir o leque de possibilidades - não reduzi-las a uma explicação ou a uma raiz.

Nesses termos, o “eterno feminino” não parece ser uma base eficaz para a ação política. Muito pelo contrário -- se pensarmos que a dominação masculina está inscrita na natureza biológica dos sexos, como podemos esperar modificar essa situação? Se fosse a biologia a causa de nossos problemas, a única solução seria negar ou minimizar essa biologia? Amarrar nossos peitos? Deixar de amamentar nossos filhos? Quem sabe, deixar de viver com o inimigo (homem) e de ter filhos-- ponto final.

Deve ser a esta altura eminentemente claro que enfocamos como instrumento de discriminação os estereótipos - TODOS os estereótipos sobre o feminino, por bonitos e heróicos que sejam. Não acabamos com um mito para criar outro: o da “mulher brasileira” - sabemos que nossa história não se reduz aos estereótipos das três raças: as Iracemas, Xiquinhas da Silva ou Dona Bentas da vida. Sabemos que as particularidades de origem étnica, de classe, de família e de região criam divergências importantes entre as mulheres e que qualquer ação que quisermos construir deve partir do fato desta heterogeneidade.

Cabe a nós abrir as possibilidades e procurar entender as diferenças. Nenhuma mulher que descrevi hoje pode ser classificada como vítima ou heroína “pura”. Eu poderia ter simplificado suas experiências, fazendo delas modelos desincarnados. Entretanto, considero as mulheres em carne e osso muito mais interessantes do que os mitos. Assim vimos mulheres que ostentam sua

individualidade ao mesmo tempo que refletem a influência de seu contexto -- em outras palavras, mulheres cheias de sutilezas e zonas sombrias.

No entanto, através dessa heterogeneidade existe algo que nos une. Enquanto preparava essa palestra, dei-me conta que na verdade ouvia a voz não de três mas sim de cinco mulheres - além da minha - pois Eutherpe, Adelia e Branca não existiriam para nós hoje se não fossem as mulheres pesquisadoras que foram, de certa forma suas autoras. Maria Noemi Brito historiadora e antropóloga foi fundadora do Primeiro Núcleo de Estudos Sobre a Mulher na UFGS. Se estivesse em vida, certamente seria ela falando para vocês hoje no meu lugar. O material sobre a vó branca vem da pesquisadora e antropóloga, Flavia Motta. Jovem -- bem, relativamente jovem -- mulher, que tenta driblar de forma criativa sua vida de mãe, mulher e professora. E, finalmente, devo incluir, uma rápida descrição de mim -- nascida nos Estados Unidos, casada com mineiro e orgulhosa de ser, hoje, brasileira, gaúcha e professora na universidade federal. Minha palestra é portanto um tipo de obra coletiva - múltiplas mulheres falando sobre as diversas formas de ser mulher no Brasil, caminhando, vencendo preconceitos e conquistando novos espaços. É nessa solidariedade -- ao mesmo tempo lúdica e tremendamente séria -- que tenho o maior prazer de celebrar com vocês hoje o Dia Internacional das Mulheres.

Para mais leitura:

Brito, Maria Noemi. 1994. "A memória política: versões de gênero". **Cadernos Pagu** (3): 197-228.

1997 "Ser mulher, mãe e pobre" In **História das Mulheres no Brasil** (Mary DelPriore, org.). São Paulo: Editora Contexto.

Motta, Flávia de Mattos.1998. **Velha é a vovozinha: identidade feminina na velhice.** Santa Cruz do Sul: Edunisc.